



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Termomacaé S.A.

Macaé - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs. 1 e 8 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios de sua controladora na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto

Contador CRC RJ-116077/O-1

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.228	1.210
Contas a receber, líquidas	6	10.042	10.369	Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.713	2.656
Contas a receber - FIDC	6.4	266.212	187.604	Impostos e contribuições	9.2	1.421	1.299
Imposto de renda e contribuição social	9.1	2.691	3.879	Benefícios a empregados	10.1	6.658	6.464
Impostos e contribuições	9.2	2.245	2.135	Outros passivos		371	445
Ativo Circulante		281.191	203.988	Passivo circulante		11.391	12.074
Depósitos judiciais	17.2	2.733	2.024	Imposto de renda e contribuição social	9.1	-	4.141
Imposto de renda e contribuição social	9.1	-	4.634	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	10.638	15.517
Impostos e contribuições	9.2	38	52.828	Benefícios a empregados	10	-	1.088
Ativo realizável a longo prazo		2.771	59.486	Provisão para processos judiciais e administrativos	17.1	23.898	22.590
Imobilizado	7	62.144	92.296	Outros passivos		-	116
Ativo não circulante		64.915	151.782	Passivo não circulante		34.536	43.452
				Passivo circulante e não circulante		45.927	55.526
				Capital social realizado	11.1	275.013	275.013
				Reservas de lucros		20.461	21.231
				Outros resultados abrangentes		4.705	4.000
				Patrimônio líquido		300.179	300.244
Total do ativo		346.106	355.770	Total do passivo		346.106	355.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita de arrendamento	12	60.138	85.727
Custo do arrendamento	13.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		29.986	55.575
Receitas (Despesas)			
Gerais e administrativas	13.2	(6.965)	(8.047)
Tributárias	13.3	(223)	(1.408)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	14	(2.193)	2.369
		(9.381)	(7.086)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		20.605	48.489
Resultado financeiro líquido	15	28.468	27.003
Receitas financeiras		25.868	23.504
Despesas financeiras		1.868	(2)
Variações monetárias, líquidas		732	3.501
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		49.073	75.492
Imposto de renda e contribuição social	9.1	(10.496)	(17.000)
Lucro líquido do exercício		38.577	58.492
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	11.5	0,14	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	38.577	58.492
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	1.069	1.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(364)	(402)
Outros resultados abrangentes	705	779
Resultado abrangente total	39.282	59.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
		Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	275.013	3.221	6.342	32.541	-	317.117
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.492	58.492
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(32.541)	-	(32.541)
Outros resultados abrangentes	-	779	-	-	-	779
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-	2.925	-	(2.925)	-
Dividendos	-	-	-	11.964	(55.567)	(43.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	275.013	4.000	9.267	11.964	-	300.244
	275.013	4.000		21.231	-	300.244
Saldos em 1º de janeiro de 2024	275.013	4.000	9.267	11.964	-	300.244
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.577	38.577
Dividendos adicionais aprovados (nota explicativa 11.4)	-	-	-	(11.964)	-	(11.964)
Outros resultados abrangentes	-	705	-	-	-	705
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-	1.929	-	(1.929)	-
Dividendos (nota explicativa 11.4)	-	-	-	9.265	(36.648)	(27.383)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	275.013	4.705	11.196	9.265	-	300.179
	275.013	4.705		20.461	-	300.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		38.577	58.492
Ajustes para:			
Resultado atuarial de plano de pensão		105	315
Depreciação		30.152	30.152
Variações monetárias e encargos financeiros	15	(2.630)	(3.462)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros ⁽¹⁾	15	(25.838)	(23.542)
Perdas (reversões), líquidas, de crédito esperadas	6.3	(14)	-
Resultado com venda de imobilizado		-	(537)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	10.496	17.000
Provisão para processos judiciais e administrativos	17.1	1.308	(3.444)
Redução (Aumento) de ativos			
Contas a receber		341	(1.574)
Depósitos judiciais		(515)	(190)
Impostos e contribuições		49.205	10.991
Aumento (Redução) de passivos			
Fornecedores		18	(489)
Outros passivos		(121)	(1.235)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.639)	(8.308)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		92.445	74.169
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgates (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros ⁽¹⁾		(52.770)	2.593
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado		-	537
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos		(52.770)	3.130
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos ao acionista	11.4	(39.675)	(77.299)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(39.675)	(77.299)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1

(1) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 6.4.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	66.481	95.986
	66.481	95.986
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.260)	(1.801)
	(5.260)	(1.801)
Valor adicionado bruto	61.221	94.185
Depreciação	(30.152)	(30.152)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	31.069	64.033
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias	27.034	28.544
Valor adicionado total a distribuir	58.103	92.577
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	2.471	2.120
Participação nos lucros ou resultados	376	297
Remuneração variável	171	150
	3.018	2.567
Benefícios		
Vantagens	214	220
Plano de aposentadoria e pensão	144	203
Plano de saúde	233	318
	591	741
FGTS	119	718
	3.728	4.026
Tributos		
Federais ⁽¹⁾	16.764	28.517
Estaduais	-	1
Municipais	468	-
	17.232	28.518
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	(1.434)	1.541
	(1.434)	1.541
Acionistas		
Dividendos	27.383	43.603
Lucros retidos	11.194	14.889
	38.577	58.492
Valor adicionado total distribuído	58.103	92.577

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 9.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, com sede na cidade de Macaé-RJ, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé das antigas proprietárias El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV).

Em 01 de novembro de 2018, conforme decisão do sócio quotista, foi aprovada a transformação da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

A partir do exercício de 2015, foram celebrados apenas contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em dezembro de 2023, passou a vigorar o novo contrato da UTE Termomacaé com a Petrobras, com vencimento em dezembro de 2025, prorrogável por mais dois anos e sujeito à correção anual pela variação do IPCA. Para celebração desse novo contrato, foi contratado serviço especializado de consultoria externa independente para a estimativa do valor do aluguel da usina com base na projeção do fluxo de caixa livre do ativo no período de locação.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de propriedade. Adicionalmente, foram consideradas as avaliações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do contrato, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Ajuste ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto.

Em 2024 e 2023, não tivemos indicativo para realização de teste de impairment sobre o ativo imobilizado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2. Fontes de incerteza em benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente, conforme nota explicativa – 10.4 - Movimentação do valor presente da obrigação (VPO).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas. Dentre as principais estão:

a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras premissas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

As incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido e análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares estão divulgadas nas notas explicativas 10.3.4 e 10.3.5, respectivamente.

4.3. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17.

4.4. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board - IASB

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2024 são:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um ‘agente de fato’ (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	IAS 28 <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	<i>Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)</i>	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	<i>Sem equivalência às IFRS</i>	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	<i>Sem equivalência às IFRS</i>	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)

** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Em relação as normas que entraram em vigor em 2024, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2024	31.12.2023
Recebíveis		
Partes relacionadas		
Arrendamento operacional (nota explicativa 8) ⁽¹⁾	5.768	7.468
Subtotal	5.768	7.468
Outras contas a receber		
Terceiros	18	32
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	4.256	2.883
Subtotal	4.274	2.915
Total do contas a receber	10.042	10.383
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	-	(14)
Total do contas a receber, líquidas	10.042	10.369
Circulante	10.042	10.369

(1) Recebível decorre basicamente do contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras (nota explicativa 1.1), cuja parcela mensal é de R\$ 5.768 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2023). Excepcionalmente em dezembro de 2023 a parcela mensal foi de R\$ 7.468 contemplando duas medições parciais, uma de 15 dias no montante de R\$ 4.718 relativa ao contrato anterior encerrado em 10 de dezembro de 2023 e outra também de 15 dias no valor de R\$ 2.750 relativa ao novo contrato que se iniciou em 11 de dezembro de 2023. O faturamento do arrendamento é efetuado no dia 25 de cada mês.

Em 31 de dezembro de 2024 não existem títulos vencidos, no entanto a companhia realizou a avaliação do contas a receber vinculado ao arrendamento com a sua controladora e não foram encontrados indícios de Perdas de Crédito Esperadas – PCE.

6.2. Aging do contas a receber – Terceiros

	31.12.2024		31.12.2023	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	18	-	18	-
Vencidos:				
Acima de 12 meses	-	-	14	(14)
Total	18	-	32	(14)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – Terceiros

	2024	2023
Saldo inicial	(14)	(16)
Reversões (1)	14	2
Saldo final	-	(14)
Circulante	-	(14)

(1) Em dezembro de 2024 a administração da companhia autorizou a baixa de títulos em aberto desde 2015, classificados como incobráveis judicialmente, em virtude dos baixos valores a receber não justificarem o dispêndio para a adoção de medidas judiciais.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.4. Contas a receber – FIDC

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	266.212	187.604
Total	266.212	187.604

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

Prática contábil

As contas a receber são classificadas como ao custo amortizado.

A companhia é arrendadora em um arrendamento mercantil no qual retém uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade, e foi classificado como operacional. Os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

A companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.480	-	87.816	92.296
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.195.838)	(1.197.689)
Depreciação	-	-	(30.152)	(30.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.480	-	57.664	62.144
Custo acumulado	4.480	1.851	1.283.654	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(1.851)	(1.225.990)	(1.227.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.480	-	117.968	122.448
Custo acumulado	4.480	2.158	1.283.654	1.290.292
Depreciação acumulada	-	(2.158)	(1.165.686)	(1.167.844)
Depreciação	-	-	(30.152)	(30.152)
Baixas - custo	-	-	(307)	(307)
Baixas - depreciação	-	-	307	307
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.480	-	87.816	92.296
Custo acumulado	4.480	2.158	1.283.347	1.289.985
Depreciação acumulada	-	(2.158)	(1.195.531)	(1.197.689)
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Até 30 de abril de 2006 a companhia aplicava uma taxa de depreciação de 10% ao ano para as unidades geradoras e de transmissão, condizente com a vida útil econômico-financeira esperada pelo Consórcio estabelecido entre a companhia e a Petrobras entre os anos de 2001 e 2006. Com o fim do Consórcio e com o novo cenário que a térmica passou a ter, compondo parte do conjunto de termoeletricas do Sistema Petrobras, ficou configurada a alteração da expectativa de vida útil econômico-financeira de sua planta de geração, e atualmente a taxa de depreciação adotada é de 4% ao ano (25 anos).

Prática contábil

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

A estimativa de vida útil dos ativos termoeletricos foi mantida em 2024, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

8. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Petros	FIDC-NP	31.12.2024 Total	31.12.2023 Total
Ativo					
Contas a receber					
FIDC (nota explicativa 6.4)	-	-	266.212	266.212	187.604
Arrendamento (nota explicativa 6.1)	5.768	-	-	5.768	7.468
Pessoal cedido (nota explicativa 6.1)	4.256	-	-	4.256	2.883
Total	10.024	-	266.212	276.236	197.955
Circulante	10.024	-	266.212	276.236	197.955
Passivo					
Fornecedores					
Compartilhamento de custos e despesas ⁽¹⁾	440	-	-	440	441
Plano de pensão (nota explicativa 10.3)	-	113	-	113	1.178
Total	440	113	-	553	1.619
Circulante	440	147	-	587	441
Não circulante	-	(34)	-	(34)	1.178

(1) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termomacaé apresenta uma dimensão reduzida.

	Petrobras	Petros	FIDC-NP	2024 Total	2023 Total
Resultado					
Receita de arrendamento (nota explicativa 12)	66.268	-	-	66.268	95.245
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.098)	(144)	-	(2.242)	(6.503)
Compartilhamento de custo e despesas	(2.413)	-	-	(2.413)	-
Gastos com pessoal	193	(144)	-	49	-
Outras operações	122	-	-	122	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas (nota explicativa 15)	-	-	25.838	25.838	23.542
Variações monetárias líquidas (nota explicativa 15)	(434)	-	-	(434)	1.501
Total	63.736	(144)	25.838	89.430	113.785

8.2. Membros chave da administração e empregados

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Termomacaé, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2024 e 2023 foram as seguintes:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Remuneração do empregado	Em reais	
	2024	2023
Menor remuneração	9.396	9.778
Remuneração média	23.864	23.232
Maior remuneração	59.430	55.722
Quantidade de empregados ⁽¹⁾	63	66

(1) inclui pessoal cedido

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados nos exercícios de 2024 e 2023:

Benefícios aos empregados	2024	2023
Assistências médica e odontológica	1.527	1.476
Auxílios alimentação e refeição	1.433	1.182
Auxílio creche	66	45
Abono - Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	-	1.501
Programa de Remuneração Variável	3.308	4.175
Participação nos Lucros ou Resultados	4.702	1.242
Previdência complementar	2.455	2.416
Outros	59	598
Total	13.550	12.635

Em 10 de abril de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) definiu a remuneração mensal dos administradores que tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia, estabelecendo o valor de R\$ 19 para a Diretora Presidente, R\$ 17 para os demais Diretores e R\$ 2 para os membros do Conselho Fiscal, para o período de abril de 2024 a março de 2025.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente verbas remuneratórias da Termomacaé. Os custos da remuneração da Diretoria são reembolsados à controladora Petrobras conforme deliberado pela referida Assembleia Geral

As remunerações totais dos membros do Conselho Fiscal da Termomacaé são apresentadas a seguir:

	Conselho fiscal	
	2024	2023
Salários	70	63
Encargos sociais	14	13
Remuneração total	84	76
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

9. Tributos

9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributos sobre o lucro ⁽¹⁾	2.691	3.879	-	3.806	1.713	2.656	-	-
Programas de regularização de débitos federais ⁽²⁾	-	-	-	828	-	-	-	4.141
Total	2.691	3.879	-	4.634	1.713	2.656	-	4.141

(1) Em 2023, os montantes classificados no ativo não circulante, referiam-se, basicamente, a créditos relativos aos exercícios de 2018, 2019 e 2020, os quais foram totalmente compensados.

(2) Em março de 2024 a Secretaria da Receita Federal homologou o Programa de Regularização Tributária – PRT e efetuou a restituição de R\$ 1.248, referente a parcela paga a maior de R\$828 (20% da obrigação), atualizada monetariamente. Com a homologação, o saldo residual das provisões correspondentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, remanescentes do Programa, no montante de R\$ 4.141, foi integralmente revertido em março de 2024.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro do exercício antes dos impostos	49.073	75.492
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(16.685)	(25.667)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	492	2.406
Permanentes	752	(2.874)
Prejuízo Fiscal	4.945	9.135
Imposto de renda e contribuição social	(10.496)	(17.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.242	4.798
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.738)	(21.798)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21%	23%

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2024	2023
Saldo inicial	(15.517)	(19.913)
Reconhecido no resultado	5.242	4.396
Reconhecido no patrimônio líquido	(363)	-
Saldo final	(10.638)	(15.517)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2024	31.12.2023
Imobilizado	Depreciação	(16.303)	(23.857)
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	3.921	6.327
Outros impostos diferidos ativos ⁽¹⁾	-	4.332	4.172
Outros impostos diferidos passivos	-	(2.588)	(2.159)
Total		(10.638)	(15.517)
Impostos diferidos ativos		8.253	10.499
Impostos diferidos passivos		(18.891)	(26.016)

(1) Inclui parcela de crédito fiscal sobre prejuízo fiscal, no montante de R\$ 3.313, adquirido de sua controladora em 2018, para quitação do PRT. A companhia, em conjunto com a sua controladora Petrobras, estão em processo de avaliação quanto à forma de utilização desse crédito.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2025	2.823	7.718
2026	1.725	7.160
2027 em diante	3.705	4.013
Parcela registrada contabilmente	8.253	18.891
Parcela não registrada contabilmente	23.038	-
Total	31.291	18.891

Os créditos tributários não reconhecidos são decorrentes de gastos atuariais, contingências judiciais e prejuízos fiscais. Essas diferenças temporárias não possuem prazo determinado de realização, o que traz uma incerteza quanto a recuperação desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 49.927 (R\$ 71.097 em 2023). A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 3.921 (R\$ 6.327 em 2023), limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

Prática contábil

A companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo/passivo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

9.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS e COFINS ⁽¹⁾	2.245	2.135	38	204	-	-
INSS ⁽²⁾	-	-	-	45.605	-	-
Imposto de renda retido na fonte ⁽³⁾	-	-	-	7.019	956	-
Outros impostos	-	-	-	-	465	1.299
	2.245	2.135	38	52.828	1.421	1.299

(1) Refere-se aos créditos de PIS e COFINS retidos na fonte sobre o contrato de aluguel da planta termoeletrica. Quanto a parcela créditos no ativo circulante, a companhia estima a utilização da maior parte desses créditos ao longo dos próximos doze meses.

(2) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço de Operação e Manutenção – O&M realizado pela companhia até o exercício de 2014, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil. Em 2024 a companhia reverteu atualização monetária em R\$ 190 mil e recebeu restituição do saldo remanescente dos créditos, no montante de R\$ 45.415 (R\$ 13.222 em 2023).

(3) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016. Julgado procedente o direito creditório por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em setembro de 2024 a companhia recebeu a restituição no montante de R\$ 7.355, atualizados.

10. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo ⁽¹⁾	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios de curto prazo	6.658	6.464
Benefícios pós-emprego	-	1.088
Total	6.658	7.552
Circulante	6.658	6.464
Não Circulante	-	1.088

(1) inclui pessoal cedido

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.1. Benefícios de curto prazo

Passivo Circulante ⁽¹⁾	31.12.2024	31.12.2023
Programa de remuneração variável empregados	104	166
Provisão de férias e 13º salário	4.234	4.504
Plano de Pensão - Petros 2	113	117
Salários, encargos e outras provisões	1.811	1.308
Participação nos lucros ou resultados	396	369
Total	6.658	6.464

(1) inclui pessoal cedido

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Despesas na demonstração de resultado ⁽¹⁾	2024	2023
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(40.628)	(39.459)
Programa de remuneração variável ⁽²⁾	(3.308)	(4.175)
Participações nos lucros ou resultados ⁽²⁾	(4.702)	(1.242)
Abono de acordo coletivo	-	(1.502)
Honorários e encargos de Administradores	(808)	(763)
Total	(49.446)	(47.141)

(1) inclui pessoal cedido, cujos valores são reembolsados pela sua controladora Petrobras e apresentados pelo líquido na nota explicativa 14 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

(2) inclui complemento/reversão de programas anteriores.

10.2. Remuneração variável

Participação nos Lucros ou resultados – PLR

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é um mecanismo de remuneração variável que visa compartilhar os resultados da companhia com seus colaboradores. A partir de 2023, a PLR passou a ser a principal prática de remuneração variável da companhia, abrangendo também os ocupantes de função gratificada e prever limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes.

A PLR, aprovada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Governo Federal, é regida por um regramento que inclui critérios como gatilhos e limites para pagamento tais como:

- Declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pela Diretoria Executiva (DE);
- Apuração de lucro líquido no exercício de referência e atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%; e
- O valor total para pagamento da PLR 2024 está limitado a 6,25% do lucro líquido ou 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas da Petrobras no exercício, o que for menor.

No exercício de 2024, a Termomacaé:

- Pagou o valor de R\$ 4.674, sendo R\$ 255 relacionados aos empregados não cedidos e R\$ 4.449 aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e
- Provisionou R\$ 4.702 (R\$ 348 em 2023), sendo R\$ 4.326 relacionados aos empregados cedidos e R\$ 376 aos empregados não cedidos, registrado em outras despesas operacionais.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Programa de Prêmio por Desempenho – PRD

O Programa Prêmio por Desempenho (PRD) tem como objetivo reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da Petrobras. O prêmio de cada empregado é definido pelo atingimento de metas específicas, que incluem a nota de desempenho (GD) para todos os empregados.

O PRD é acionado mediante a declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pela Diretoria Executiva (DE), e a obtenção de lucro líquido positivo no exercício. O montante total utilizado para pagamento a todos os participantes é limitado a um percentual do Lucro Líquido e/ou do EBITDA. Este programa foi revisado em 2023, em substituição ao Prêmio por Performance (PPP), sendo complementar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

O montante estabelecido para a remuneração variável de 2024 está limitado a 5% do EBITDA ajustado.

No exercício de 2024, a Termomacaé:

- Pagou o valor de R\$ 3.371, sendo R\$ 2.651 referente ao exercício de 2023 e R\$ 720 referente ao valor do adiantamento do exercício de 2024, realizado em dezembro de 2024. Desses valores, R\$ 183 são relativos aos empregados não cedidos e R\$ 3.188 aos empregados cedidos, sendo este último montante reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e ao desempenho individual de todos os empregados.
- Provisionou o valor de R\$ 3.308 (R\$ 113 em 2023), sendo R\$ 3.147 relacionados aos empregados cedidos e R\$ 161 aos empregados não cedidos, registrado em outras despesas operacionais.

Prática contábil

As provisões dos programas de remuneração variável (PRD e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

10.3. Benefícios pós emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados (ativos e aposentados) e seus dependentes e benefícios de pensão pós-aposentadoria.

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	113	1.205
Circulante	113	117
Não circulante	-	1.088

10.3.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Plano de pensão – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)	
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	Este Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual dos planos de pensão

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 10.4 – Valores nas demonstrações financeiras da Termomacaé relacionados a planos de benefícios definidos.

10.3.2. Valores nas demonstrações financeiras da Termomacaé relacionados a planos de benefícios definidos

a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

A movimentação das obrigações com planos de pensão com característica de benefício definido está representada a seguir:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Plano de Pensão - PP2	
	2024	2023
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações (VPO)	6.516	6.326
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(6.403)	(5.121)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	113	1.205
Movimentação do passivo atuarial líquido		
Saldo em 1º de janeiro	1.205	2.162
Reconhecido no resultado - despesas	(23)	224
Custo do serviço corrente	-	56
Custo dos juros líquidos	(23)	168
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(1.069)	(1.181)
Efeitos da remensuração reconhecidos em ORA	(1.069)	(1.181)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	113	1.205

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	Plano de Pensão - PP2	
	2024	2023
Movimentação		
Valor presente das obrigações no início do exercício	6.326	5.446
Reconhecido no resultado	591	690
Custo dos juros	591	634
Custo do serviço	-	56
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(401)	190
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	4.390	(978)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	45	(2)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(4.166)	1.330
Benefícios pagos pelo plano	(797)	(240)
Outros	127	80
Valor presente das obrigações no final do exercício	6.516	6.326

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

No plano PP2, a maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio.

A evolução do ativo garantidor reflete essa característica do plano, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

	Plano de Pensão - PP2	
	2024	2023
Movimentação		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(5.121)	(3.284)
Reconhecido no resultado - despesas	(486)	(375)
Receita de juros	(486)	(375)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(796)	(1.462)
Remensuração: Retorno sobre os Ativos maior/(menor) que a Taxa de Desconto	(1.338)	(1.531)
Benefícios pagos pelo plano	797	240
Outros	(255)	(171)
Valor justo dos ativos no final do exercício	(6.403)	(5.121)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3.3. Contribuições

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Em 2024, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 2.328 (R\$ 2.327 em 2023).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2025 são de R\$ 2.198, referente a parcela de contribuição definida.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido do PP2 (risco e garantias mínimas), que estava suspensa, desde julho de 2012, foi restabelecida em abril de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros. Dessa forma, uma parcela da contribuição mensal passou a ser novamente destinada à cobertura de risco (pagamento dos benefícios de Pecúlio por Morte, Garantias Mínimas e outros) e reduzindo o saldo da obrigação atuarial conforme as contribuições são efetuadas.

10.3.4. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	Plano de Pensão - PP2	
	2024	2023
Taxa de desconto nominal (real + inflação) (1)	12,95%	9,56%
Taxa real de desconto	7,48%	5,45%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + inflação)	8,72%	9,78%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85, masculina, desagravada em 10%	IAPB-57 forte, desagravada em 30%
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade, conforme RGPS Homens 65 e Mulheres 60	1ª elegibilidade

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,09% para 2025 e atingindo 3,25% de 2029 em diante.

As premissas mais significativas estão descritas na nota explicativa 4.2.

10.3.5. Análise de sensibilidade dos planos de benefícios definidos

O efeito de uma mudança de 1 p.p. na taxa de desconto assumida e na taxa de variação do custo médico está estabelecido conforme abaixo:

	Taxa de desconto	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(618)	1.140
Custo do serviço e juros	(24)	74

Prática contábil

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 275.013, está representado por 275.012.824 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

11.2. Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	38.577	58.492
Destinação do lucro líquido:	-	-
Reserva legal	1.929	2.925
Dividendos propostos do lucro líquido	36.648	55.567
Total da destinação do lucro líquido	38.577	58.492
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	27.383	43.603
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	9.265	11.964
Dividendos propostos do lucro líquido	36.648	55.567

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3. Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

11.4. Remuneração aos acionistas da Termomacaé

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Prática contábil

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Dividendos propostos relativos ao exercício de 2024

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é a seguinte:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	38.577	58.492
Apropriação:		
Reserva legal	(1.929)	(2.925)
Lucro líquido ajustado	36.648	55.567
Dividendos intermediários equivalentes a 75% do lucro ajustado em 2024 (78% em 2023)	27.383	43.603
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	9.265	11.964
Total de dividendos propostos	36.648	55.567

A proposta de dividendos do exercício de 2024 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2024, no montante de R\$ 36.648, contempla os dividendos intermediários de R\$ 27.383, nos quais foram imputados os dividendos mínimos obrigatórios, além dos dividendos adicionais de R\$ 9.265, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

Antecipação de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2024

Em 17 de dezembro de 2024, a Diretoria Executiva deliberou sobre o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 27.346, com base no resultado do período de janeiro a setembro de 2024, conforme quadro a seguir:

	2024	2023
Dividendos intermediários	27.346	43.565
Atualização monetária das antecipações pela Selic	37	38
Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic	27.383	43.603

Dividendos relativos ao exercício de 2023

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 10 de abril de 2024, a AGO aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2023, no valor de R\$ 55.567. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 43.603, e os dividendos complementares de R\$ 11.964 que, em 31 de dezembro de 2023, estava destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Os dividendos adicionais foram pagos 15 em maio de 2024, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic desde 31 de dezembro de 2023 até a data do pagamento, totalizando R\$ 12.330.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de dividendos a pagar ao acionista.

	2024	2023
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	11.964	32.541
Adição por deliberação da DE (antecipação)	27.345	43.565
Atualização monetária	472	1.539
Pagamento	(39.675)	(77.299)
IRRF sobre a atualização monetária	(106)	(346)
Saldo final	-	-

Os dividendos adicionais propostos de R\$ 9.265, estão destacados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 até que a proposta de remuneração aos acionistas seja aprovada pela AGO quando serão reconhecidos como passivo.

11.5. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	38.577	58.492
Quantidade de ações	275.012.824	275.012.824
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,14	0,21

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Termomacaé não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

11.6. Outros resultados abrangentes

A companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração do seu plano de pensão.

Em 2024, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota explicativa 10.3. Dessa forma a companhia reconheceu um ganho líquido de R\$ 705 (R\$ 779 em 2023) com a remensuração do seu plano de pensão.

12. Receita de arrendamento

	2024	2023
Receita bruta de arrendamento	66.268	95.245
Encargos sobre arrendamento	(6.130)	(9.518)
Receita líquida	60.138	85.727

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

13. Custos e despesas por natureza

13.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2024	2023
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

13.2. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal (empregados não cedidos)	(3.513)	(4.506)
Compartilhamento de gastos com a controladora	(2.413)	(2.540)
Serviços de terceiros, aluguéis e outros	(1.039)	(1.001)
Total	(6.965)	(8.047)

13.3. Despesas tributárias

	2024	2023
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(1.138)	(1.332)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(63)	-
Reversão de Multas sobre IRPJ e CSLL (1)	1.392	-
IPTU	(393)	-
Outros	(21)	(76)
Total	(223)	(1.408)

(1) Reversão do saldo residual da provisão do Programa de Regularização Tributária - PRT, conforme nota explicativa 9.1.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2024	2023
Resultado com pessoal cedido	151	(857)
Reversões e (Perdas) com processos judiciais e administrativos	(1.945)	3.066
Programa de remuneração variável (empregados não cedidos)	(171)	(297)
Participação nos lucros ou resultados (empregados não cedidos)	(376)	(150)
Abono salarial (empregados não cedidos)	-	(111)
Receita na alienação de ativos	-	536
Recuperação termo de compromisso de restauração Florestal (TCRF).	122	-
Obrigações ambientais	(180)	-
Receita com aluguéis	213	205
Outros	(7)	(23)
Total	(2.193)	2.369

15. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas Financeiras	25.868	23.504
Receita financeira - FIDC-NP (nota explicativa 8.1)	25.838	23.542
Outros	30	(38)
Despesas Financeiras	1.868	(2)
Tarifas bancárias	-	(2)
Reversão de juros sobre IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	1.868	-
Variações monetárias, líquidas	732	3.501
Atualização monetária de dividendos (nota explicativa 8.1)	(434)	(1.501)
Atualização monetária de tributos a recuperar	1.003	4.730
Atualização monetária de depósitos judiciais	163	272
Total	28.468	27.003

(1) Reversão do saldo residual da provisão do Programa de Regularização Tributária - PRT, conforme nota explicativa 9.1.

16. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2024	2023
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	8.004	7.585

17. Processos judiciais e contingências

17.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões para processos judiciais e administrativos em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Processos fiscais	22.792	21.917
Processos trabalhistas	1.060	634
Processos ambientais	46	39
Total	23.898	22.590

	2024	2023
Saldo inicial	22.590	26.034
Adições/(reversões), líquidas	356	(4.736)
Atualização	952	1.292
Saldo final	23.898	22.590

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

17.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

Ativo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	775	225
Fiscais	1.958	1.799
Total	2.733	2.024

	2024	2023
Saldo inicial	2.024	1.601
Adição, líquida de reversão	516	190
Atualização financeira	193	233
Saldo final	2.733	2.024

No exercício de 2024, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, à atualização monetária e novos depósitos de natureza trabalhista.

17.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Natureza	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	73.683	71.257
Trabalhistas	1.954	6.937
Ambientais	38	33
Total	75.675	78.227

17.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	2024	2023
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Aguardando a retomada do julgamento do Recurso Voluntário	68.601	66.538
2) Processos diversos de natureza fiscal	5.082	4.719
Total de processos de natureza fiscal	73.683	71.257

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	2024	2023
1) Reclamação trabalhista na qual os reclamantes requerem adicional de hora de repouso e alimentações (AHRA), hora extra, complemento de RMNR e etc.		
	1.954	6.937
Total de processos de natureza trabalhista	1.954	6.937

Descrição do processo de natureza ambiental	Estimativa	
	2024	2023
Autor: Instituto Estadual do Ambiente - INEA		
1) Desenquadramento de lançamento de efluente	38	33
Total de processos de natureza ambiental	38	33

17.4. Contingência ativa - PIS e COFINS Lei 9.718/98

A companhia ajuizou ação contra a União para recuperação dos valores recolhidos de PIS/COFINS, incidente sobre receitas não operacionais, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos exercícios de 2001 a 2004.

A ação foi julgada procedente, com mérito transitado em julgado em 24 de abril de 2009. O pedido de habilitação da compensação dos créditos, requerido junto à Delegacia da Receita Federal, somente teve seu deferimento em 21 de julho de 2021, com previsão de prescrição do direito em setembro de 2022.

De janeiro a setembro de 2022, a companhia registrou créditos no montante de R\$ 2.095, já compensados, em período anterior ao prazo prescricional definido pelas normas da Receita Federal.

Em 26 de agosto de 2022 a companhia obteve decisão liminar favorável em 1ª instância, visando garantir a continuidade da compensação dos créditos remanescentes em prazo posterior à previsão normativa da Receita Federal. O reconhecimento desses créditos ocorrerá mediante a eliminação de incertezas quanto à possibilidade de futuras compensações, o que deverá ser determinado e reavaliado no decorrer do processo na esfera judicial.

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido despacho pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé o qual manteve a decisão da liminar favorável em 1ª instância à companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 08 de maio de 2023 foi prolatada sentença de mérito pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé, confirmando a liminar e acolhendo integralmente a tese da companhia. Opostos Embargos de Declaração pela União/Fazenda Nacional, estes tiveram provimento negado em 06 de julho de 2023, com a sentença sendo mantida. A União/Fazenda Nacional interpôs apelação ao TRF/2ª Região em 28 de agosto de 2023. Em 10 de outubro de 2023 o TRF/2ª Região indeferiu o pedido de efeito suspensivo à apelação da União/Fazenda Nacional.

Em 05 de junho de 2024, foi publicado o acórdão do TRF/2ª Região, mantendo íntegra, em decisão unânime, sentença que deferiu o creditamento de PIS e COFINS (receitas não operacionais), sem limitação temporal.

A União, em 11 de junho de 2024, protocolou embargos de declaração que foram julgados improcedentes pelo TRF/2ª Região. Dessa decisão a União interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça em 16 de setembro de 2024 e, desde então aguarda-se julgamento.

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.3.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	10.042	10.369
Contas a receber - FIDC	266.212	187.604
Ativo circulante	276.255	197.974
Depósitos Judiciais	2.733	2.024
Ativo não circulante	2.733	2.024
Total do ativo	278.988	199.998
Passivo		
Fornecedores	1.228	1.210
Passivo circulante	1.228	1.210
Total do passivo	1.228	1.210

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

18.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

18.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

18.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

18.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

18.3.3. Risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do plano estratégico.

O risco de liquidez da companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

18.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi (7 de março de 2025 09:50 GMT-3)

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira Pellegrini

Marcelo Ferreira Pellegrini (6 de março de 2025 10:02 GMT-3)

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Administrativo

Julio Cesar Candido do Nascimento

Julio Cesar Candido do Nascimento (13 de março de 2025 09:50 ADT)

Júlio César Cândido do Nascimento
Contador
CRC-RJ-086700/O-7